



Câmara Municipal de Jundiaí

São Paulo

processo n.º 15.017

classificação n.º

A P R O V A D O

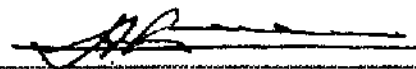
MOÇÃO N.º 41

autoria: ARIIVALDO ALVES E LÁZARO DE OLIVEIRA DORTA

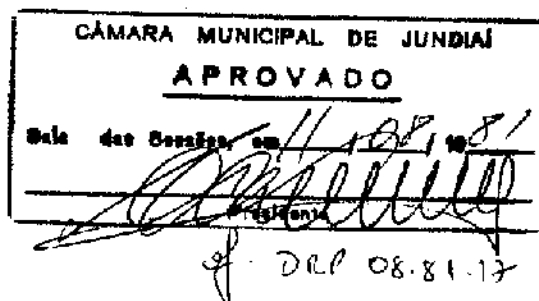
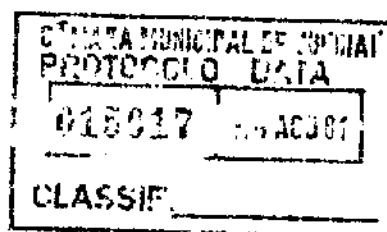
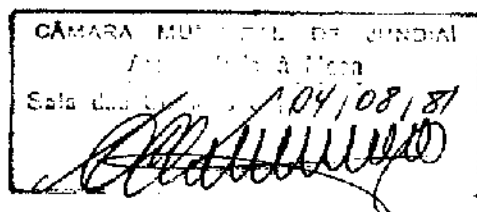
assunto: PROTESTO contra a pretendida reformulação do critério para aposentadoria e contra o provável acréscimo de 2% de desconto para contribuição do trabalhador à Previdência Social.

A P R O V A D O

Arquive-se


Diretor

14108181



MOÇÃO Nº 41

O trabalhador brasileiro, principal fator da economia nacional, atualmente vem sofrendo toda espécie de sobresalto, seja pelo fantasma do desemprego, seja pela luta inglória de tentar sobreviver à violenta inflação que assola o País e, no entanto, quase como um obstinado a tudo isto suporta e continua com sua crença em dias melhores.

Com todos estes dissabores e mais os problemas individuais e familiares, temos que convir que o trabalhador brasileiro é, antes de tudo, um herói.

Porém, parece que as altas esferas governamentais ainda não acham suficiente o sacrifício do trabalhador e, de um momento para outro, cogitam de acrescentar mais 2% de desconto em seu salário para a Previdência Social e estabelecer novas regras para a aposentadoria, que só será possível ao sexta genário.

Não é possível aceitar-se tais procedimentos, com novas regras altamente prejudiciais, cujos fundamentos a ninguém convencem, causando tristeza e gerando mais intranquilidade à classe mais sofrida do País.



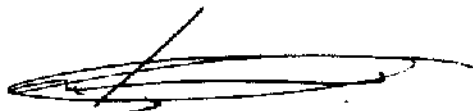
Moção nº 41 - fls. 02.

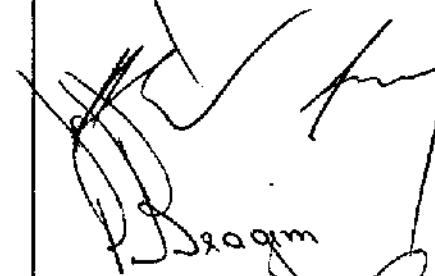
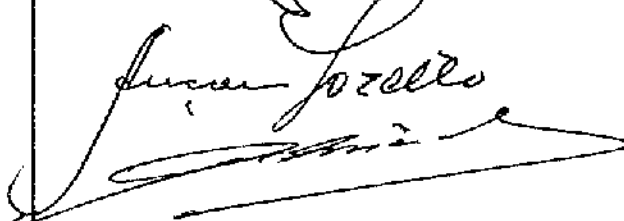
Claro está que podem existir objetivos coletivos nacionais, mas que estes desideratos não sejam alcançados somente com o sacrifício do trabalhador, que já se encontra debilitado em sua esquálida bolsa.

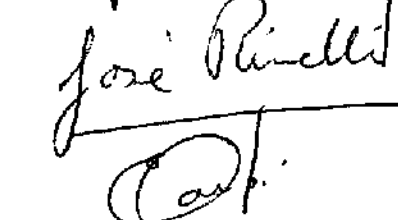
Assim, apresentamos à Mesa, na forma regimental, para consideração do Plenário, esta MOÇÃO DE PROTESTO, esperando contar com o beneplácito de nossos pares, a fim de oficializar os srs. Presidente da República, Ministro da Previdência e Assistência Social, e Ministro do Trabalho, de que o trabalhador não pode suportar as mudanças pretendidas de que a aposentadoria se efetive somente aos 60 anos e mais o acréscimo de 2%, que perfará um recolhimento de 10% para a Previdência Social.

Sala das Sessões, 04-08-1.981.


Ariovaldo Alves


Lázaro de Oliveira Dorta


José Pinelli

Lázaro de Oliveira Dorta


José Pinelli

Lázaro de Oliveira Dorta

PIS/Pasep começa mais cedo este ano

BRASÍLIA (Sucursal) — O Ministério da Fazenda pretende restabelecer este ano o início de pagamento dos juros e abono do Pis/Pasep a partir de julho, como era feito anteriormente. Proposta nesse sentido será examinada na próxima quinta-feira pelo conselho diretor do Pis/Pasep e, se aprovada, os pagamentos começarão no dia 10 de julho, tanto para os assalariados cadastrados no Pis (Programa de Integração Social) quanto para os funcionários inscritos no Pasep (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público).

Segundo fontes do Ministério da Fazenda os pagamentos serão feitos dentro da rotina usual, escalonados segundo o mês de nascimento para os cadastrados no Pis e conforme o último algarismo do número de inscrição para os participantes do Pasep.

GT vai rever aposentadoria

BRASÍLIA (Sucursal) — Será instalado, hoje, às 15 horas, o grupo de trabalho instituído no âmbito do Ministério da Previdência Social para estudar, entre outros aspectos, a mudança do atual sistema de concessão de aposentadorias. Está prevista a fixação de uma idade mínima para o segurado se aposentar, com a consequente extinção da aposentadoria por tempo de serviço.

O ministro Jair Soares voltou a esclarecer ontem que a constituição do grupo não tem por única finalidade alterar o atual sistema de aposentadorias: "O grupo foi constituído para reestruturar, reordenar, racionalizar todos os assuntos que digam respeito à Previdência Social brasileira", afirmou.

Solução de Garnero para a Previdência

BRASÍLIA (Sucursal) — O empresário Mário Garnero, após a solenidade do Brasilinvest no Palácio do Planalto, disse que, para cobrir o déficit do sistema previdenciário, o governo terá que realizar adaptações no orçamento. Segundo ele, "as empresas e os trabalhadores não podem mais ser penalizados para cobrir os déficits da Previdência Social".

deficit de Cr\$ 80 bilhões até o final do ano) se deve em boa parte ao número de pessoas atendidas (14% em 1947 e 65% dos contribuintes em 1981). Mário Garnero afirmou que este crescimento não pode ser transportado em forma de encargos para as empresas. "Se isso acontecer — disse — será inevitável a substituição do homem pela máquina."

"Se aumentarem os encargos sociais das empresas — acrescentou — além de eles serem repassados para os custos do produto final, portanto uma medida inflacionária, a tendência será a substituição da mão-de-obra pela mecanização, gerando desemprego. Os trabalhadores também não podem ter descontos maiores nos seus salários. Restaria ao governo emitir papel para tapar o buraco, outra saída inflacionária. Resta o quê? Readaptar o orçamento."

Lembrando que a questão da falência do sistema previdenciário (calcula-se um

Soares nega a ofensa da lista

BRASÍLIA (Sucursal) — Ao apresentar ontem ao Supremo Tribunal Federal a sua "defesa escrita" no processo de "queixa-crime" a que responde, o ministro Jair Soares, da Previdência Social, disse que não teve a intenção de injuriar ou difamar o pecuarista de Gravataí (SC), que lhe move o processo por ter figurado na lista de devedores da Previdência Social em seu Estado. Agora o ministro Djaci Falcão, do STF, antes de julgar o caso deverá ouvir o procurador-geral da República.

IFICADOS CONJUGADOS

Grupo reformulará os benefícios

Deputado faz críticas à Previdência

Das instituições

O deputado Euclides Bocalco (PMDB-PR) afirmou ontem em Brasília, que o "desacabado" da administração da Previdência Social ficou caracterizado com a retirada do projeto de lei que altera o cálculo das aposentadorias e pensões, "em face da inconstitucionalidade que ele representava". O opositorista apontou o quadro de "insolvência" do setor, observando que o ministro Jair Soares assumiu a Pasta com um déficit de Cr\$ 4 bilhões, que hoje atingiu a "astronômica" soma dos Cr\$ 80 bilhões.

Num longo pronunciamento na Câmara, o parlamentar acusou o ministro de não ter acompanhado sua "bomba-tica" campanha de combate à fraude de outras ações administrativas capazes de evitar "o buraco em que a Previdência está metida". O déficit da Previdência, segundo Euclides Bocalco, será de Cr\$ 160 bilhões até o final do ano.

"O ministro deveria ter pensado mais em sua Pátria do que no Rio Grande do Sul. Deveria ter feito uma racionalização dos serviços para melhor responder ao montante dos recursos e às necessidades da população e da rede de prestação dos próprios serviços. Como nada foi feito — acenhou o deputado — chegamos à situação de pre-

Do mural de
BRASILIA

O ministro Jair Soares da Previdência Social criou ontem um grupo de trabalho formado por 14 técnicos para propor alterações profundas em todo o sistema previdenciário, especialmente no setor de aposentadorias. A extensão da aposentadoria por tempo de serviço e a fixação de um novo limite de idade aos aposentados por velhice que visem a se filiar futuramente ao sistema deverão ser as principais modificações no setor de benefícios.

O grupo, que terá prazo de seis meses para concluir seus trabalhos, será presidido pelo secretário de Assistência Social do Ministério da Previdência, Juarez Hausen. Contando com representantes das Secretarias de Estatística e Abastecimento, Serviços Médicos e Previdência Social.

Paralelamente, outro grupo de trabalho está funcionando no Rio desde o início da semana, dele participando o secretário de Serviços Médicos da Previdência, Marlow Krisko, representante da Secretaria do Planejamento, INPS, Inaps e Inamps. A tarefa dos técnicos é modificar o modelo de assistência médico-hospitalar visando a elevar a receita da Previdência.

Na área de assistência médica especial, entre outras propostas, a substituição do pagamento em unidades de serviço (US) aos trabalhos prestados pelas "clínicas e hospitais, por outro modelo "casas corruptoras".

Depois de ver rejeitada por diver-

sos setores da sociedade e pelo próprio PDS, a proposição de aumentar a alíquota das contribuições compulsórias (8%) de forma a elevar a receita do INPS, o ministro Jair Soares desviou suas atenções para o setor de benefícios. Segundo suas recentes declarações, essa área é "responsável pela prevalência insolvência previdenciária, devido às distorções nele constatadas".

Garantir a liquidez do sistema até o ano 2000 é o propósito do ministro que, para isso, tomara qualquer atitude "mesmo que impopular", a exemplo da proposta da Previdência revidada recentemente do Congresso para revisão, onde ele proíbe a concessão de 10% sobre o INPC para reajuste das aposentadorias, pensões e auxílios-doença dos assalariados que recebem até três mínimos. Essa medida inclusive contraria os direitos já adquiridos pelos segurados.

O argumento do ministro para justificar mudanças na concessão de novas aposentadorias é que o auxílio por tempo de serviço consome mais recursos do INPS, embora com menos beneficiários que o auxílio-doença. Enquanto os 629.715 aposentados por tempo de serviço representaram, em 1980, 27,33% do total dos benefícios pagos pelo Instituto, os um milhão 38 mil auxílios-doença consumiram apenas 15% das despesas do órgão. Os aposentados por velhice representaram o terceiro maior gasto do INPS - 5,48% - no ano passado, e os beneficiados por regimes de aposentadoria especial, 3,8%.

Segundo esse raciocínio, o ministro observa que enquanto os regimes dos benefícios eram baseados em política atuarial específica e só uma vez por ano, a Previdência não encontrava grandes problemas financeiros para pagar aos bancos. Com a implantação da política salarial semestral, os benefícios também passaram a ser reajustados duas vezes ao ano, levando o INPS à dependência dos bancos particulares.

IMPOSTO DE RENDA

A exemplo de inúmeras sugestões que o PDS vem apresentando ultimamente ao ministro Jair Soares como alternativa para melhorar a caixa da Previdência, o deputado catariense Ademir Ghiz, propôs a inclusão de um novo desconto no Imposto de Renda para os contribuintes bem remunerados. A ideia não foi bem recebida pela Receita Federal, segundo a qual não haverá alteração do gênero no imposto do próximo ano, mas o ministro admite que a "estudará atentamente".

Em Porto Alegre o deputado federal Carlos Alberto Charrelli (PDS-RS) anunciou ontem que no máximo em 15 dias é bancada do seu partido apresentará, na Câmara, projeto reformulando a Previdência Social, principalmente quanto às contribuições. Segundo ele, a proposta é consequência de acordo dos parlamentares governistas com o próprio ministro Jair Soares. Charrelli afirmou que as mudanças respeitaram os direitos já adquiridos e não elevarão as contribuições dos trabalhadores.

Modificação também

chega à área rural

O ministro Jair Soares, da Previdência Social, divulgou ontem, em Brasília, por meio da Coordenação de Comunicação Social, que a partir de 1º de julho o INPS iniciará a reformulação do atual sistema de concessão e manutenção de benefícios na área rural. "Atualizando todas as suas bases para remover entraves e excessos de burocracia e, em consequência, favorecer o homem do campo".

dências, agências e representações locais.

A nota acentua que um dos aspectos mais importantes a ser alterado será a concessão automática do auxílio-funeral e da pensão aos dependentes dos segurados rurais, correspondentes à aposentadoria por invalidez ou invalidez, e à redução para 80 dias nos demais benefícios. Atualmente essa concessão demora pelo menos 80 dias, a contar da data do requerimento. A Previdência, garante, ainda, que as novas medidas evitarão a descontinuidade do pagamento de qualquer benefício, decorrente de constantes atrasos ocasionados por solicitações de transferência de benefícios em manutenção e pela sua vinculação a uma única conta bancária.

O deputado observou, ainda, que, na "Síntese das Atividades do Ministério da Previdência: 1979-1981", informa-se que a Previdência foi responsável por 11 milhões e 300 mil internações hospitalares, das quais menos de 2% foram produzidas diretamente pelo INAPS. "Em outras palavras, foram compradas mais de 98% dessas internações no setor privado." Esses números, segundo o parlamentar, revelam que o atual modelo de prestação de serviços é "invável".

EMPRESAS RECLAMAM

A Associação Comercial de Minas vai protestar junto ao ministro Jair Soares, da Previdência Social, e à bancada do PSD na Câmara dos Deputados contra a intenção do governo em cobrar contribuição sobre o faturamento das empresas, como forma de cobrir o déficit do Iapras e não reduzir os benefícios de aposentadoria e pensão do Instituto.

A entidade empresarial mineira vai pedir à Conferência das Associações Comerciais do Brasil que também faça o mesmo protesto, apresentado ontem, em Belo Horizonte, pelo presidente da Comissão de Tributos e Fiscalização, empresário Nilo Antônio Gazire. Ele considerou "descabida e inaceitável" a proposta do ministro Jair Soares, e censurou "a condescendência com que o governo adota soluções simplistas" para tentar cobrir o déficit da Previdência Social.

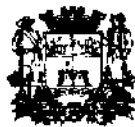
Nilo Gazire pediu que o governo pague suas dívidas para com o Iapras e sugeriu que a Previdência Social venda seus "ativos inócuos sem utilização em todo o País em vez de procurar sacrificar ainda mais a empresa, que não tem mais condições de fazer repasses".

INPS recupera

27,1 milhões

Dos Cr\$ 306,8 milhões em fraudes descobertas no setor de benefícios do Estado de São Paulo desde o início das investigações — os mais de um ano — o INPS está deixando de pagar mensalmente Cr\$ 17,5 milhões pela cancelamento dos benefícios irregulares. O montante recuperado e recolhido ao Banco do Brasil só no Estado foi de Cr\$ 27,1 milhões.

Na agência de Itajaí, em Santa Catarina, os fiscais do INPS descobriam um total de 102 aposentadorias concedidas fraudulentamente, causando prejuízos de Cr\$ 25,3 milhões à Previdência Social.



Serviço Taquigráfico - ANAIS

Sessão	Rodizio	Taquigrafo	Orador	Aparteante	Data
178a. SO.	16.3	P. Da Pôs	Tarcísio G. Lemos		11.8.81

O sr. PRESIDENTE - Faço aos membros da CJR que nomeiem o Presidente ad hoc.

O sr. Pedro O. Beagin - Sr. Presidente, indico o vereador sr. Tarcísio Germano de Lemos para Presidente, ad hoc da CJR.

O sr. PRESIDENTE - Nobre ver. Tarcísio Germano de Lemos, v. exa. foi indicado Presidente, ad hoc, da CJR e poderá examinar o parecer ou nomear Relator.

O sr. TARCÍSIO GERMANO DE LEMOS (Presidente-Relator da CJR - Parecer à Moção n. 41) - Sr. Presidente. A CJR através do seu Relator, lamenta não conste da Moção o Parecer da A.J., como matéria de ordem administrativa, opinativa.

A Moção, entretanto, se inclui no Regimento Interno, como matéria de competência dos vereadores. A Moção pode ser de louvor, ou de aplauso, ou de protesto. Esta é uma moção de protesto que se inscreve dentro das normas regimentais da Casa pelo que não há nenhum óbice na sua persecução.

...

O sr. PRESIDENTE - Parecer favorável do Relator, e nós consultamos os demais membros da CJR.

- Acompanham o Parecer - Pedro O. Beagin, com restrições.

- Antonio Tavares, Auconio Tozeto e Lázaro de Almeida, de acordo. -

O sr. PRESIDENTE - Foi aprovado, por unanimidade o Parecer da CJR.

A Moção continua em discussão única.

....

*

Ct/GM/nº 513

Em 24 de agosto de 1981

31 AGO 81

Ilmº Srº

ARI CASTRO NUNES FILHO

MD. Presidente da Câmara Municipal de Jundiaí
Jundiaí-SP

Moção 41- Arivaldo/Dorta
Senhor Presidente

O Senhor Ministro do Trabalho, Dr. MURILLO MACÊDO, incumbiu-me de acusar o recebimento de seu ofício DRP, de 12 de agosto último. Outrossim, informo a V.Sª que o assunto mencionado está merecendo a melhor atenção deste Ministério.

Ao ensejo, apresento a V.Sª protestos de elevada estima e especial apreço.

Geraldo Andrade
GERALDO ANDRADE
Gabinete do Ministro

/eag

